



TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

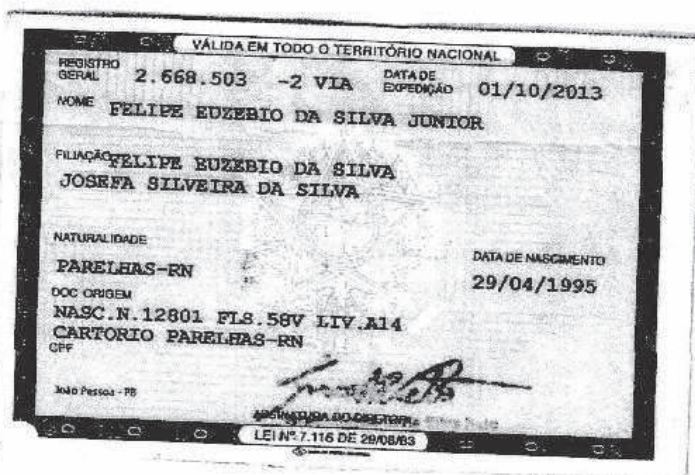
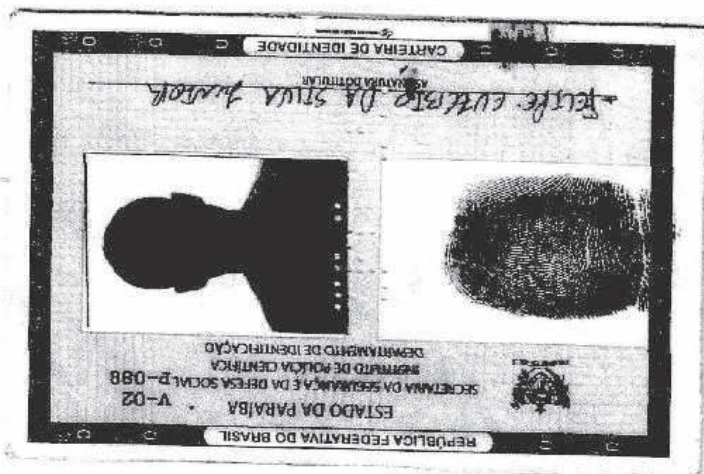
O (a) Outorgante Felipe Eugênio da Silva Junior
brasileiro, Solteiro estudante portador (a) do RG nº
2.668.503 expedido por SP/PB e CPF nº 062.500.244-09 residente e
domiciliado(a) na(o) Rua Jaci Residência
nº 57 Bairro centro Cidade Novo Palmeira UF PB, pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e
advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB 13.220** e **DIJANIELLYESON**
MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala “E”,
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em
geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras
e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 10 de Novembro de 2015.

* Felipe Eugênio da Silva Junior
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

18
P

Eu, Felipe Bezzerio da Silva Junior brasileiro(a),
Solteiro, estudante, portador do RG nº
2.668.503 expedido por SSP/PB e do CPF nº
062.500.244-09 residente
na(o) Rua Jaci Mendonça,
município de Novo Almeida - PB **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 10 de Novembro de 2016.

Felipe Bezzerio da Silva Junior

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



JOSÉFA SILVEIRA DA SILVA
RUA JOACIMENDONCA, 57 - CENTRO
NOVA PALMEIRA/PB CEP 58184000 (AG 00)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro 3 - 02 - 050 - 3370
Nº medidor 00000005343

Referência 08/10/2015
Emissão 08/09/2015

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Centro Residencial - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
CNPJ 06.165.0001-43 - Ins. Est. 16.015-023-0
Nota Fiscal/Catálogo Energia Elétrica (Nº) 174.240
Código para Débito Automático 0000248225

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

1ba9 d3c8 e17d 3712 5517 02e0 9b11 30ce

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/242822-5

Set / 2015

Canal de contato

Apresentação

- Redução do valor da bandeira vermelha em 15%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Homologada ANEEL 1 849/2015, vigente a partir de 01/09/2015

09/09/2015

Data prevista da próxima leitura

08/10/2015

CPF / CNPJ / RANI
0514424272

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 08/09/2015 PAGAS
OBRIGADO!

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura
10/08/15	38401	09/09/15	36525
			124
			30

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	124	0,39475	48,95
Adic. B. Vermelha			5,48

IMPOSTOS E ENCARGOS

PS	0,75
COFINS	2,44
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA	4,60
JUROS DE MORA 08/2015	0,20
MULTA 08/2015	1,70
ICMS (Base de Cálculo R\$ 81,87 Alíquota 27,00%)	22,05

Histórico de Consumo (kWh)

Ago/15	130
Jul/15	150
Jun/15	158
Mai/15	148
Abr/15	146
Mar/15	170
Fev/15	180
Jan/15	174
Dez/14	148
Nov/14	180
Out/14	145
Sep/14	182

Média dos últimos meses
155 kWh

VENCIMENTO
16/09/2015

TOTAL A PAGAR
R\$ 88,17

Indicadores de Qualidade

2015 - Paraíba

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	0,00	
DIC TRIMESTRAL	12,08	
DIC ANUAL	24,12	
FIC MENSAL	3,36	
FIC TRIMESTRAL	8,80	
FIC ANUAL	13,20	
DMC	3,54	
DICI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia - PD	21,50	24,84
Cargos de Energia	26,79	30,38
Serviço de Transmissão	1,85	2,10
Encargos Setoriais	4,89	5,55
Impostos, Devidos e Encargos	32,74	37,13
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	88,17	100,00

Valor do encargo da Udo do Sistema de Distribuição
(Ref. 7/2015) R\$ 32,35

ATENÇÃO

Requisito Tarifário - Vigência 29/08/15 - Res. ANEEL nº 1.938-63 - a Tensão 10,51% Média
Requisito Tarifário - Vigência 29/08/15 - Res. ANEEL nº 1.938-63 - a Tensão 11,47% Média
- Leitura confirmada



Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 22/09/2019 11:06:42

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909221109460000000023842336

Número do documento: 1909221109460000000023842336

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL-PICUI/PB
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRA LAVRADA /PB
Rua Cirilo Cordeiro, 79, centro – Pedra Lavrada/PB



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL. Nº 092/2015

DATA, HORA e LOCAL DO FATO: 04/03/2015, Às 17hs30min, Rodovia PB 177(trecho Nova Palmeira/Picui) Sítio Caubeirinha, zona rural, Picui/PB.

COMUNICANTE: FELIPE EUZÉBIO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, solteiro, estudante, com 20 anos de idade, nascido no dia 29/04/1995, filho de Felipe Euzébio da Silva e de Josefa Silveira da Silva, residente na rua Joacir Mendonça, 57, centro, Nova Palmeira/PB, portador da cédula de identidade nº 2.668.503, SSP/PB, CPF 062.500.244-69.

HISTÓRICO: Que no dia 04 do mês de março do corrente ano, (04/03/2015), por volta das 17hs30min, Trafegava pela rodovia PB 177, com destino a cidade de Picui, conduzindo o veículo marca modelo Honda POP 100, ano 2012, cor vermelha, placa NQG8023/PB, chassi 9C2HB0210CR446666, licenciada no DETRAN em nome MARICÉLIA OLIVEIRA SANTOS, CPF 90965540430, e após fazer uma curva fechada foi surpreendido com um animal(boi) no meio da pista; Que o comunicante não teve como evitar a colisão no mesmo; Que em virtude do acidente o comunicante sofreu fratura na clavícula esquerda, além de várias escoriações pelo corpo; Que a vítima foi socorrida por populares para o hospital Regional da cidade de Picui, onde foi feito raio X e alguns curativos, e em seguida foi encaminhado de imediato para o Hospital de Emergência e Trauma da cidade de Campina Grande, devido ser portador de uma doença rara de nome HEMOFILIA, onde recebeu atendimento médico necessário.


TESTEMUNHAS: GILVAN GOMES FERREIRA JUNIOR, residente na rua Almisa Rosa, 58, centro, Nova Palmeira /PB, e LUAN LURREC MARQUES MACEDO, residente na rua Edite Gomes, 11, centro, Nova Palmeira /PB. Nada mais havendo a constar dei por encerrado o presente registro, que segue devidamente assinado pelo comunicante e por mim, Escrivão que o registrei e digitei.

Pedra Lavrada/PB, 28 de setembro de 2015.

COMUNICANTE: Felipe Euzébio da Silva Junior

TESTEMUNHAS: Gilvan Gomes Ferreira Junior
Luan Lurrec Marques Macedo

Registrado por:


Francisco das Chagas de Vasconcelos
ESCRIVÃO DE POLÍCIA



92







ESTADO DA PARAÍSA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PÍCOLI - Pícoli Tiago Gomes

FICHA DE ENCAMENTAMENTO


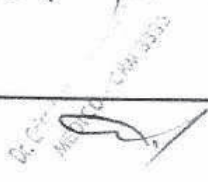
83

C


NOME: Felipe Euzébio da Silva Junior
DOCUMENTO Nº: 2668503 IDADE: 19 anos
DATA DE NASCIMENTO: 29/04/95 SEXO: masculino
ENDEREÇO: R. Jaci Mendonça
CIDADE: Nova Palmeira CEP: 58184000
PROFISSÃO: estudante SITUAÇÃO CIVIL: solteiro
D.A. Paciente está a guisa de
do doente E
Ser hospitalizado 1º no setor IX de emergência

EXAMES REALIZADOS: m. exame b. e

CONDIÇÃO: 1º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º 10º 11º 12º 13º 14º 15º 16º 17º 18º 19º 20º 21º 22º 23º 24º 25º 26º 27º 28º 29º 30º 31º 32º 33º 34º 35º 36º 37º 38º 39º 40º 41º 42º 43º 44º 45º 46º 47º 48º 49º 50º 51º 52º 53º 54º 55º 56º 57º 58º 59º 60º 61º 62º 63º 64º 65º 66º 67º 68º 69º 70º 71º 72º 73º 74º 75º 76º 77º 78º 79º 80º 81º 82º 83º 84º 85º 86º 87º 88º 89º 90º 91º 92º 93º 94º 95º 96º 97º 98º 99º 100º 101º 102º 103º 104º 105º 106º 107º 108º 109º 110º 111º 112º 113º 114º 115º 116º 117º 118º 119º 120º 121º 122º 123º 124º 125º 126º 127º 128º 129º 130º 131º 132º 133º 134º 135º 136º 137º 138º 139º 140º 141º 142º 143º 144º 145º 146º 147º 148º 149º 150º 151º 152º 153º 154º 155º 156º 157º 158º 159º 160º 161º 162º 163º 164º 165º 166º 167º 168º 169º 170º 171º 172º 173º 174º 175º 176º 177º 178º 179º 180º 181º 182º 183º 184º 185º 186º 187º 188º 189º 190º 191º 192º 193º 194º 195º 196º 197º 198º 199º 200º 201º 202º 203º 204º 205º 206º 207º 208º 209º 210º 211º 212º 213º 214º 215º 216º 217º 218º 219º 220º 221º 222º 223º 224º 225º 226º 227º 228º 229º 230º 231º 232º 233º 234º 235º 236º 237º 238º 239º 240º 241º 242º 243º 244º 245º 246º 247º 248º 249º 250º 251º 252º 253º 254º 255º 256º 257º 258º 259º 260º 261º 262º 263º 264º 265º 266º 267º 268º 269º 270º 271º 272º 273º 274º 275º 276º 277º 278º 279º 280º 281º 282º 283º 284º 285º 286º 287º 288º 289º 290º 291º 292º 293º 294º 295º 296º 297º 298º 299º 300º 301º 302º 303º 304º 305º 306º 307º 308º 309º 310º 311º 312º 313º 314º 315º 316º 317º 318º 319º 320º 321º 322º 323º 324º 325º 326º 327º 328º 329º 330º 331º 332º 333º 334º 335º 336º 337º 338º 339º 340º 341º 342º 343º 344º 345º 346º 347º 348º 349º 350º 351º 352º 353º 354º 355º 356º 357º 358º 359º 360º 361º 362º 363º 364º 365º 366º 367º 368º 369º 370º 371º 372º 373º 374º 375º 376º 377º 378º 379º 380º 381º 382º 383º 384º 385º 386º 387º 388º 389º 390º 391º 392º 393º 394º 395º 396º 397º 398º 399º 400º 401º 402º 403º 404º 405º 406º 407º 408º 409º 410º 411º 412º 413º 414º 415º 416º 417º 418º 419º 420º 421º 422º 423º 424º 425º 426º 427º 428º 429º 430º 431º 432º 433º 434º 435º 436º 437º 438º 439º 440º 441º 442º 443º 444º 445º 446º 447º 448º 449º 450º 451º 452º 453º 454º 455º 456º 457º 458º 459º 460º 461º 462º 463º 464º 465º 466º 467º 468º 469º 470º 471º 472º 473º 474º 475º 476º 477º 478º 479º 480º 481º 482º 483º 484º 485º 486º 487º 488º 489º 490º 491º 492º 493º 494º 495º 496º 497º 498º 499º 500º 501º 502º 503º 504º 505º 506º 507º 508º 509º 510º 511º 512º 513º 514º 515º 516º 517º 518º 519º 520º 521º 522º 523º 524º 525º 526º 527º 528º 529º 530º 531º 532º 533º 534º 535º 536º 537º 538º 539º 540º 541º 542º 543º 544º 545º 546º 547º 548º 549º 550º 551º 552º 553º 554º 555º 556º 557º 558º 559º 560º 561º 562º 563º 564º 565º 566º 567º 568º 569º 570º 571º 572º 573º 574º 575º 576º 577º 578º 579º 580º 581º 582º 583º 584º 585º 586º 587º 588º 589º 590º 591º 592º 593º 594º 595º 596º 597º 598º 599º 600º 601º 602º 603º 604º 605º 606º 607º 608º 609º 610º 611º 612º 613º 614º 615º 616º 617º 618º 619º 620º 621º 622º 623º 624º 625º 626º 627º 628º 629º 630º 631º 632º 633º 634º 635º 636º 637º 638º 639º 640º 641º 642º 643º 644º 645º 646º 647º 648º 649º 650º 651º 652º 653º 654º 655º 656º 657º 658º 659º 660º 661º 662º 663º 664º 665º 666º 667º 668º 669º 670º 671º 672º 673º 674º 675º 676º 677º 678º 679º 680º 681º 682º 683º 684º 685º 686º 687º 688º 689º 690º 691º 692º 693º 694º 695º 696º 697º 698º 699º 700º 701º 702º 703º 704º 705º 706º 707º 708º 709º 710º 711º 712º 713º 714º 715º 716º 717º 718º 719º 720º 721º 722º 723º 724º 725º 726º 727º 728º 729º 730º 731º 732º 733º 734º 735º 736º 737º 738º 739º 740º 741º 742º 743º 744º 745º 746º 747º 748º 749º 750º 751º 752º 753º 754º 755º 756º 757º 758º 759º 760º 761º 762º 763º 764º 765º 766º 767º 768º 769º 770º 771º 772º 773º 774º 775º 776º 777º 778º 779º 780º 781º 782º 783º 784º 785º 786º 787º 788º 789º 790º 791º 792º 793º 794º 795º 796º 797º 798º 799º 800º 801º 802º 803º 804º 805º 806º 807º 808º 809º 810º 811º 812º 813º 814º 815º 816º 817º 818º 819º 820º 821º 822º 823º 824º 825º 826º 827º 828º 829º 830º 831º 832º 833º 834º 835º 836º 837º 838º 839º 840º 841º 842º 843º 844º 845º 846º 847º 848º 849º 850º 851º 852º 853º 854º 855º 856º 857º 858º 859º 860º 861º 862º 863º 864º 865º 866º 867º 868º 869º 870º 871º 872º 873º 874º 875º 876º 877º 878º 879º 880º 881º 882º 883º 884º 885º 886º 887º 888º 889º 890º 891º 892º 893º 894º 895º 896º 897º 898º 899º 900º 901º 902º 903º 904º 905º 906º 907º 908º 909º 910º 911º 912º 913º 914º 915º 916º 917º 918º 919º 920º 921º 922º 923º 924º 925º 926º 927º 928º 929º 930º 931º 932º 933º 934º 935º 936º 937º 938º 939º 940º 941º 942º 943º 944º 945º 946º 947º 948º 949º 950º 951º 952º 953º 954º 955º 956º 957º 958º 959º 960º 961º 962º 963º 964º 965º 966º 967º 968º 969º 970º 971º 972º 973º 974º 975º 976º 977º 978º 979º 980º 981º 982º 983º 984º 985º 986º 987º 988º 989º 990º 991º 992º 993º 994º 995º 996º 997º 998º 999º 1000º 1001º 1002º 1003º 1004º 1005º 1006º 1007º 1008º 1009º 1010º 1011º 1012º 1013º 1014º 1015º 1016º 1017º 1018º 1019º 1020º 1021º 1022º 1023º 1024º 1025º 1026º 1027º 1028º 1029º 1030º 1031º 1032º 1033º 1034º 1035º 1036º 1037º 1038º 1039º 1040º 1041º 1042º 1043º 1044º 1045º 1046º 1047º 1048º 1049º 1050º 1051º 1052º 1053º 1054º 1055º 1056º 1057º 1058º 1059º 1060º 1061º 1062º 1063º 1064º 1065º 1066º 1067º 1068º 1069º 1070º 1071º 1072º 1073º 1074º 1075º 1076º 1077º 1078º 1079º 1080º 1081º 1082º 1083º 1084º 1085º 1086º 1087º 1088º 1089º 1090º 1091º 1092º 1093º 1094º 1095º 1096º 1097º 1098º 1099º 1100º 1101º 1102º 1103º 1104º 1105º 1106º 1107º 1108º 1109º 1110º 1111º 1112º 1113º 1114º 1115º 1116º 1117º 1118º 1119º 1120º 1121º 1122º 1123º 1124º 1125º 1126º 1127º 1128º 1129º 1130º 1131º 1132º 1133º 1134º 1135º 1136º 1137º 1138º 1139º 1140º 1141º 1142º 1143º 1144º 1145º 1146º 1147º 1148º 1149º 1150º 1151º 1152º 1153º 1154º 1155º 1156º 1157º 1158º 1159º 1160º 1161º 1162º 1163º 1164º 1165º 1166º 1167º 1168º 1169º 1170º 1171º 1172º 1173º 1174º 1175º 1176º 1177º 1178º 1179º 1180º 1181º 1182º 1183º 1184º 1185º 1186º 1187º 1188º 1189º 1190º 1191º 1192º 1193º 1194º 1195º 1196º 1197º 1198º 1199º 1200º 1201º 1202º 1203º 1204º 1205º 1206º 1207º 1208º 1209º 1210º 1211º 1212º 1213º 1214º 1215º 1216º 1217º 1218º 1219º 1220º 1221º 1222º 1223º 1224º 1225º 1226º 1227º 1228º 1229º 1230º 1231º 1232º 1233º 1234º 1235º 1236º 1237º 1238º 1239º 1240º 1241º 1242º 1243º 1244º 1245º 1246º 1247º 1248º 1249º 1250º 1251º 1252º 1253º 1254º 1255º 1256º 1257º 1258º 1259º 1260º 1261º 1262º 1263º 1264º 1265º 1266º 1267º 1268º 1269º 1270º 1271º 1272º 1273º 1274º 1275º 1276º 1277º 1278º 1279º 1280º 1281º 1282º 1283º 1284º 1285º 1286º 1287º 1288º 1289º 1290º 1291º 1292º 1293º 1294º 1295º 1296º 1297º 1298º 1299º 1300º 1301º 1302º 1303º 1304º 1305º 1306º 1307º 1308º 1309º 1310º 1311º 1312º 1313º 1314º 1315º 1316º 1317º 1318º 1319º 1320º 1321º 1322º 1323º 1324º 1325º 1326º 1327º 1328º 1329º 1330º 1331º 1332º 1333º 1334º 1335º 1336º 1337º 1338º 1339º 1340º 1341º 1342º 1343º 1344º 1345º 1346º 1347º 1348º 1349º 1350º 1351º 1352º 1353º 1354º 1355º 1356º 1357º 1358º 1359º 1360º 1361º 1362º 1363º 1364º 1365º 1366º 1367º 1368º 1369º 1370º 1371º 1372º 1373º 1374º 1375º 1376º 1377º 1378º 1379º 1380º 1381º 1382º 1383º 1384º 1385º 1386º 1387º 1388º 1389º 1390º 1391º 1392º 1393º 1394º 1395º 1396º 1397º 1398º 1399º 1400º 1401º 1402º 1403º 1404º 1405º 1406º 1407º 1408º 1409º 1410º 1411º 1412º 1413º 1414º 1415º 1416º 1417º 1418º 1419º 1420º 1421º 1422º 1423º 1424º 1425º 1426º 1427º 1428º 1429º 1430º 1431º 1432º 1433º 1434º 1435º 1436º 1437º 1438º 1439º 1440º 1441º 1442º 1443º 1444º 1445º 1446º 1447º 1448º 1449º 1450º 1451º 1452º 1453º 1454º 1455º 1456º 1457º 1458º 1459º 1460º 1461º 1462º 1463º 1464º 1465º 1466º 1467º 1468º 1469º 1470º 1471º 1472º 1473º 1474º 1475º 1476º 1477º 1478º 1479º 1480º 1481º 1482º 1483º 1484º 1485º 1486º 1487º 1488º 1489º 1490º 1491º 1492º 1493º 1494º 1495º 1496º 1497º 1498º 1499º 1500º 1501º 1502º 1503º 1504º 1505º 1506º 1507º 1508º 1509º 1510º 1511º 1512º 1513º 1514º 1515º 1516º 1517º 1518º 1519º 1520º 1521º 1522º 1523º 1524º 1525º 1526º 1527º 1528º 1529º 1530º 1531º 1532º 1533º 1534º 1535º 1536º 1537º 1538º 1539º 1540º 1541º 1542º 1543º 1544º 1545º 1546º 1547º 1548º 1549º 1550º 1551º 1552º 1553º 1554º 1555º 1556º 1557º 1558º 1559º 1560º 1561º 1562º 1563º 1564º 1565º 1566º 1567º 1568º 1569º 1570º 1571º 1572º 1573º 1574º 1575º 1576º 1577º 1578º 1579º 1580º 1581º 1582º 1583º 1584º 1585º 1586º 1587º 1588º 1589º 1590º 1591º 1592º 1593º 1594º 1595º 1596º 1597º 1598º 1599º 1600º 1601º 1602º 1603º 1604º 1605º 1606º 1607º 1608º 1609º 1610º 1611º 1612º 1613º 1614º 1615º 1616º 1617º 1618º 1619º 1620º 1621º 1622º 1623º 1624º 1625º 1626º 1627º 1628º 1629º 1630º 1631º 1632º 1633º 1634º 1635º 1636º 1637º 1638º 1639º 1640º 1641º 1642º 1643º 1644º 1645º 1646º 1647º 1648º 1649º 1650º 1651º 1652º 1653º 1654º 1655º 1656º 1657º 1658º 1659º 1660º 1661º 1662º 1663º 1664º 1665º 1666º 1667º 1668º 1669º 1670º 1671º 1672º 1673º 1674º 1675º 1676º 1677º 1678º 1679º 1680º 1681º 1682º 1683º 1684º 1685º 1686º 1687º 1688º 1689º 1690º 1691º 1692º 1693º 1694º 1695º 1696º 1697º 1698º 1699º 1700º 1701º 1702º 1703º 1704º 1705º 1706º 1707º 1708º 1709º 1710º 1711º 1712º 1713º 1714º 1715º 1716º 1717º 1718º 1719º 1720º 1721º 1722º 1723º 1724º 1725º 1726º 1727º 1728º 1729º 1730º 1731º 1732º 1733º 1734º 1735º 1736º 1737º 1738º 1739º 1740º 1741º 1742º 1743º 1744º 1745º 1746º 1747º 1748º 1749º 1750º 1751º 1752º 1753º 1754º 1755º 1756º 1757º 1758º 1759º 1760º 1761º 1762º 1763º 1764º 1765º 1766º 1767º 1768º 1769º 1770º 1771º 1772º 1773º 1774º 1775º 1776º 1777º 1778º 1779º 1780º 1781º 1782º 1783º 1784º 1785º 1786º 1787º 1788º 1789º 1790º 1791º 1792º 1793º 1794º 1795º 1796º 1797º 1798º 1799º 1800º 1801º 1802º 1803º 1804º 1805º 1806º 1807º 1808º 1809º 1810º 1811º 1812º 1813º 1814º 1815º 1816º 1817º 1818º 1819º 1820º 1821º 1822º 1823º 1824º 1825º 1826º 1827º 1828º 1829º 1830º 1831º 1832º 1833º 1834º 1835º 1836º 1837º 1838º 1839º 1840º 1841º 1842º 1843º 1844º 1845º 1846º 1847º 1848º 1849º 1850º 1851º 1852º 1853º 1854º 1855º 1856º 1857º 1858º 1859º 1860º 1861º 1862º 1863º 1864º 1865º 1866º 1867º 1868º 1869º 1870º 1871º 1872º 1873º 1874º 1875º 1876º 1877º 1878º 1879º 1880º 1881º 1882º 1883º 1884º 1885º 1886º 1887º 1888º 1889º 1890º 1891º 1892º 1893º 1894º 1895º 1896º 1897º 1898º 1899º 1900º 1901º 1902º 1903º 1904º 1905º 1906º 1907º 1908º 1909º 1910º 1911º 1912º 1913º 1914º 1915º 1916º 1917º 1918º 1919º 1920º 1921º 1922º 1923º 1924º 1925º 1926º 1927º 1928º 1929º 1930º 1931º 1932º 1933º 1934º 1935º 1936º 1937º 1938º 1939º 1940º 1941º 1942º 1943º 1944º 1945º 1946º 1947º 1948º 1949º 1950º 1951º 1952º 1953º 1954º 1955º 1956º 1957º 1958º 1959º 1960º 1961º 1962º 1963º 1964º 1965º 1966º 1967º 1968º 1969º 1970º 1971º 1972º 1973º 1974º 1975º 1976º 1977º 1978º 1979º 1980º 1981º 1982º 1983º 1984º 1985º 1986º 1987º 1988º 1989º 1990º 1991º 1992º 1993º 1994º 1995º 1996º 1997º 1998º 1999º 2000º 2001º 2002º 2003º 2004º 2005º 2006º 2007º 2008º 2009º 2010º 2011º 2012º 2013º 2014º 2015º 2016º 2017º 2018º 2019º 2020º 2021º 2022º 2023º 2024º 2025º 2026º 2027º 2028º 2029º 2030º 2031º 2032º 2033º 2034º 2035º 2036º 2037º 2038º 2039º 2040º 2041º 2042º 2043º 2044º 2045º 2046º 2047º 2048º 2049º 2050º 2051º 2052º 2053º 2054º 2055º 2056º 2057º 2058º 2059º 2060º 2061º 2062º 2063º 2064º 2065º 2066º 2067º 2068º 2069º 2070º 2071º 2072º 2073º 2074º 2075º 2076º 2077º 2078º 2079º 2080º 2081º 2082º 2083º 2084º 2085º 2086º 2087º 2088º 2089º 2090º 2091º 2092º 2093º 2094º 2095º 2096º 2097º 2098º 2099º 2100º 2101º 2102º 2103º 2104º 2105º 2106º 2107º 2108º 2109º 2110º 2111º 2112º 2113º 2114º 2115º 2116º 2117º 2118º 2119º 2120º 2121º 2122º 2123º 2124º 2125º 2126º 2127º 2128º 2129º 2130º 2131º 2132º 2133º 2134º 2135º 2136º 2137º 2138º 2139º 2140º 2141º 2142º 2143º 2144º 2145º 2146º 2147º 2148º 2149º 2150º 2151º 2152º 2153º 2154º 2155º 2156º 2157º 2158º 2159º 2160º 2161º 2162º 2163º 2164º 2165º 2166º 2167º 2168º 2169º 2170º 2171º 2172º 2173

 GOVERNO DA PARAÍBA		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		REQUISIÇÃO DE EXAMES					
NOME:		FELIPE FUSTARI SILVA JUNIOR				PRONTUÁRIO:		942	
IDADE:	SEXO	COR:		PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:	
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>						24	
DADOS CLÍNICOS:									
TRAUMA									
MATERIAL A EXAMINAR:									
EXAMES SOLICITADOS:									
Rx clavícula - dsf AS									
URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>		ROTINA: <input type="checkbox"/>							
DATA: 04-03-15		HORA DA SOLICITAÇÃO:							

MOD. 002

		ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE REQUISIÇÃO DE EXAMES (BPA-C / BPA-D)																																																																																																																																																																																																									
UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS): HOSPITAL REGIONAL DE PICUI "Felipe Tiago Gomes"																																																																																																																																																																																																											
ENDEREÇO: Rua Francisco Pereira Gomes, 15 BAIRRO: Monte Santo MUNICÍPIO: Picuí ESTADO: Paraíba UF: PB CEP: 58.187-000 CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CNPJ: 03.515.174/0001-85																																																																																																																																																																																																											
NOME: Felipe Euzébio da Silva Jr. PACIENTE ENDEREÇO: João Mendes IDADE: 19 DOC: 266.8503 COD. IBGE: 251030 MUNICÍPIO: WP ESTADO: PB DATA DE NASCIMENTO: 21/04/95 DATA: 04/03/15																																																																																																																																																																																																											
DADOS CLÍNICOS																																																																																																																																																																																																											
Exame (s) solicitado (s)		Exame (s) solicitado (s)																																																																																																																																																																																																									
Rx - Pe esquerdo		Rx - Clavícula																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>																																																																																																						<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>																																																																																																					
CBO		CNS																																																																																																																																																																																																									
ASSINATURA DO PACIENTE		PROFISSIONAL Hilda Moreira M. Oliveira MÉDICA - CRM/PB 3759 CBO 223116 - CPF 532.812.734-20 CARIMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL																																																																																																																																																																																																									
ASS. DO REVISOR TÉCNICO - carimbo		OU POLEGAR DIREITO																																																																																																																																																																																																									
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo																																																																																																																																																																																																											

SA GRÁFICA: (03) 3034-4311 - P&C



PACIENTE: FELIPE EUZÉBIO DA S. JUNIOR

DATA DO EXAME: 04.03.2015

RADIOGRAFIA DE PÉ

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA

- Fratura no 1/3 médio da diáfise da clavícula.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

Dr. Arthur José Ventura
CRM/PB: 6481

Dra. Miriam Albino
CRM/PB 6435

Dra. Marcella Farias
CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges
CRM/PB: 6485

Dr. Ygor Barbosa
CRM/PE:19005

Dr. Roberto Maia
CRM/PB: 6101

25
55





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: Felipe Augusto da Silva Junior
End: Rua Wladimir 57 Bairro: Nova Pólvora
Data de Nascimento: 19 anos Documento de Identificação:
Queixa: 2001/1002 Data do Atend: 04 03 15 Hora: 21:51 Documento: 87316874

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo Aspecto: () Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória: Frequência cardíaca:
Pressão arterial: Temperatura axilar:
Dosagem de HGT: Mucosas: () Normocorada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca

Estratificação

- () Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

- () Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



ARUANA SEGUROS DPVAT**SINISTRO: 3160191040**

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 01/07/2016 SINISTRO: 3160191040 Data de Cadastro no Sistema: 10/03/2016	Dep. Líder: Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Processo sem movimentação de RCO ou ASL	
Origem: 216 00 31	
Vítima: FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR End: RUA JOSE MENDONCA , 57 Bairro: CENTRO Cidade: NOVA PALMEIRA Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 29/04/1995 Data do Acidente: 04/03/2015 Código do Veículo: 9 - Motocicleta	
CEP: 58184000 UF: PB CPF: 06250024409 Natureza: 2	

Pré-Cadastro sem históricos!

Históricos relativos ao Sinistro Nº 3160191040

Data	Histórico
17/03/2016 09:27:35	[Informado pela Seguradora Aruana] -FALTA PROCURAÇÃO PARTICULAR FALTA DECLARAÇÃO DO PROPRIETARIO DO VEICULO COM FIRMA RECONHECIDA POR AUTENTICIDADE

* Nenhum lançamento de pagamento encontrado para o Sinistro nº 3160191040.



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 29/03/2017 15 horas 53 minutos

Processo: 0002841-78.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 3375,00

Serie : 08

Autor : FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO

DATA

Recebidos nesta data em Cartório

Picui, 17 / 04 / 17

Analista / Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Concluido nesta data ao MM. Juiz da Dreda.

Picui, 17 / 04 / 17

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ

29
e

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

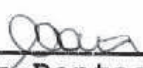
ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA:
Recebido no Pa. da 1ª Vara da Comarca de Picuí.
19 / 10 / 17
Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA



C E R T I D ã O

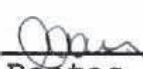
Certifico que nesta data **EXPEDI** a **NOTA DE FORO 177/2017**. Dou fé.
Picuí, 27 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária

C E R T I D ã O

Certifico que nesta data foi **PUBLICADA** no Diário da Justiça a **NOTA DE FORO 177/2017**. Dou fé.
Picuí, 31 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

31
18

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA

31 18

Processo: 0002841-78.2016.815.0271

FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente é um mero ESTUDANTE, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, e, REQUERER que lhe seja concedido os beneplácitos da Gratuidade Judiciária ou que lhe seja concedida uma redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.

Logo, como esse Juiz indeferiu a gratuidade judiciária, a parte autora agora junta documento (declaração agente comunitário de saúde) provando sua hipossuficiência financeira e a sua condição de **ESTUDANTE** e de Baixa Renda, e lhe roga que seja concedido a redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, nos termos do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

“§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)”

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

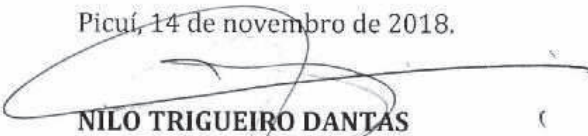
32
e

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral ou que lhe seja deferido uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Picuí, 14 de novembro de 2018.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13(220)



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
CURSO PRESENCIAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

[01 586 504/0001-06]

SECRETARIA
ANTÔNIO CARLOS DANTAS

Rua Jorge Mendonça, 200
Centro - CEP 58194-000
Nossa Senhora - PB

CERTIFICADO

Certificamos que Felipe Eugênio da Silva Júnior
filho(a) Yasopa Silveira da Silva e de Felipe Eugênio da Silva
nascido(a) em 29/04/1995, natural de Paraupebas, Estado Rio Grande do Norte
concluiu na Escola E.E.E.T.M. Antônio Coelho Dantas, em 17/08/2015
o Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, nos termos do artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº 9.394/1996, do Parecer CNE/CEB nº 11/2000, da Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e da Resolução CNE/CEB nº 3/2010. O presente Certificado tem valor nacional.

Nossa Senhora, PB, 17 de Agosto de 2015

Liliana Costa Alves de Oliveira
Secretário(a) / Reg. Nº 5574

Sandra de Vasconcelos Santos
Diretor(a) / Reg. Nº

Concluinte

23



ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	MÉDIA	REGISTROS E OBSERVAÇÕES	
Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	6,9		
	Arte	7,3		
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6,3		
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	7,8		
	Geografia	7,0		
	Filosofia	7,0		
	Sociologia	8,5		
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	7,4		
	Física	7,0		
	Biologia	9,8		
Parte Diversificada	Língua Inglesa	8,3		
REGISTRO <i>de estrutura</i>				
LIVRO <i>05</i>				
FOLHA <i>05</i>				
DATA <i>17/08/2015</i>				
<i>Valma Karla Alves de Oliveira</i> RESPONSÁVEL PELO REGISTRO				



[illegible]

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EDUCANDO	21	NOME DO EDUCANDO:	22	SEXO:	23	RAÇA:	24	DATA DE NASCIMENTO:
	25	NATURALIDADE:	26	NACIONALIDADE:	27	CÉDULA DE IDENTIDADE:		
	28	NOME DO PAI:						
	29	NOME DA MÃE:						
	30	ENDEREÇO (AV., RUA, Nº, BAIRRO):						
	31	MUNICÍPIO:	32	UF:	33	CEP:	34 TELEFONE:	

3.1 PERÍODO:	3.2 ANO CURSADO:	3.3 MODALIDADE:	3.4 UNIDADE DE ENSINO FREQUENTADA PELO EDUCANDO:	3.5 MUNICÍPIO:	3.6 UF:
2002	1ª	Fund.	E.E.B.F. de N.ªs Palmeiras	N.ªs Palmeiras	PR
2003	2ª	Fund.	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2004	3ª	Fund.	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2005	4ª	Fund.	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2006	5ª	Fund.	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2007	6ª	Fund.	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2011	8ª ano	Fund.	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2012	8ª Série	EJA	E.M.B.F. Jean Coelho Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2014	3ª/2ª Sim	EJA	E.E.B.F.M. Antonio C. Dantas	N.ªs Palmeiras	PR
2015	3ª Sim	EJA	E.E.B.F.M. Antonio C. Dantas	N.ªs Palmeiras	PR

4. OBSERVAÇÕES

o aluno é portador de boa conduta escolar.

o aluno é dispensado de E.Física de acordo com a Lei 9.394/96, artigo 26 parágrafo 3º

boa Palmyra - 17-09-2015



NÍVEL DE ENSINO, MÉDIA FINAL E ANO		ÁREAS DE CONHECIMENTO E DISCIPLINAS		5. RENDIMENTO ESCOLAR																				PARTE DIVERSIFICADA			CARGA HORÁRIA ANUAL	% FREQUÊNCIA	RESULTADO FINAL
				EDUCAÇÃO GERAL										BASE NACIONAL COMUM															
				LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS				CIÊNCIAS DA NATUREZA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS				CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS																	
				LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA MATERNA	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	BIOLOGIA	FÍSICA	QUÍMICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	SOCIOLOGIA	FILOSOFIA	ENSINO RELIGIOSO	LÍNGUA ESTRANGEIRA											
ENSINO FUNDAMENTAL	MÉDIA FINAL	1º	78	-	-	-	80	78	-	-	-	86	86	-	-	-	-	-	800	881	AP								
		2º	70	-	-	-	85	75	-	-	-	85	85	-	-	-	-	800	941	AP									
		3º	70	-	-	-	84	70	-	-	-	76	77	-	-	-	-	800	921	AP									
		4º	73	-	-	-	74	83	-	-	-	82	76	-	-	-	-	800	951	AP									
		5º	50	-	92	92	70	70	-	-	-	74	91	-	-	79	71	800	981	AP									
		6º	57	-	77	83	86	57	-	-	-	53	76	-	-	78	63	800	991	AP									
		7º	72	-	70	54	73	84	-	-	-	72	80	-	-	70	74	800	957	AP									
		8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
		9º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
ENSINO MÉDIO	MÉDIA FINAL	1º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
		2º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		3º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		4º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		5º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		9º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Ensino Médio	MÉDIA FINAL	1º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
		2º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		3º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		4º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		5º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		9º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Ensino Médio	MÉDIA FINAL	1º	70	-	80	-	72	60	-	-	-	61	89	-	-	-	68	-	400	931	AP								
		2º	67	-	70	-	-	61	78	75	94	61	75	65	68	-	86	-	-	-									
		3º	60	-	72	-	-	63	74	83	95	62	76	82	73	-	77	-	-	-									
		4º	69	-	73	-	-	63	78	70	74	78	70	85	70	-	83	-	-	-									
		5º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
		9º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										

Local e Data: Nova Palmeira 17-09-2015

Mat: 850465-1 Aut: 5.574

Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 22/09/2019 11:06:42

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909221109460000000023842336

Número do documento: 1909221109460000000023842336

Assinatura: Sandra de M. Santos

Carimbo: DIRETORA



37

JOSEFA SILVEIRA DA SILVA
RUA JACIMENDONICA 57 - CENTRO
NOVA FALMESA/PB CEP 58181000 (AG. 80)

Emissão: 08/06/2018 Referência: Jun/2018
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICA U
Rutero: 3 - B2 - BSC - 3370 Nº medidor: 00900085349



ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
B-250, Km 25 - Centro - Pombal - PB CEP 58697-160
CNPJ nº 08.189.000/40 - Ins. Est. 15.015.923-0

Nota Fiscal de Energia Elétrica Nº 07.619.923
Cód. para Deb. Automático: 00002428225

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 083 0196**

Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da próxima leitura

CPF/ CNPJ/ RANI

Jun / 2018

08/06/2018

10/07/2018

951442424/2

UC (Unidade Consumidora):

5/242822-5

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 08/05/18	Data 08/06/18			
Leitura 10299	Leitura 40437			
Demonstrativo				
CCI Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Atual	Consumo
0001 Consumo em kWh	148			30
0001 Adic. B. Anureia	148,000	0,727900	107,72	27
0001 Adic. B. Verneha			29,08	107,72
			1,58	0,88
			0,43	0,01
			2,94	0,02
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0307 CONTRIBUIÇÃO LUM. PÚBLICA	5,44	0,00	0,00	0,00
0804 JUROS DE MORA 04/2018	0,00	0,00	0,00	0,00
0804 JUROS DE MORA 05/2018	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 MULTA 04/2018	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 MULTA 05/2018	0,00	0,00	0,00	0,00
0804 COMPENSAÇÃO POR INÍCIO DE MÊS 04/2018	2,10	0,00	0,00	0,00
0805 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 04/2018	1,92	0,00	0,00	0,00
0805 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2018	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2018	1,31	0,00	0,00	0,00
CCI Código de Classificação do Item	TOTAL	123,88	112,24	30,30
				1,31
				4,65

Média últimos meses (kWh)

VENCIMENTO
15/06/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 123,66

Histórico de Consumo (kWh)

Histórico de Consumo (kWh)											
Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Ma/18
87	86	84	81	89	127	112	136	102	150	186	153

RESERVADO AO FISCO

788e.8d32.675f.cd5c.f354.b711.a4d8.2a9a.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DI. MENSAL		
DI. TRIMESTRAL	11,54	
DI. ANUAL	22,08	
FI. MENSAL	9,78	
FI. TRIMESTRAL	6,47	
FI. ANUAL	12,85	
DMIC	3,29	
DICRI	12,22	
	5,30	
		NOMINAL
		220
		CONTRATADA
		202
		LIMITE INFERIOR
		331
		LIMITE SUPERIOR
		331

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Pagamento de Dívidas Energisa/PB	29,61	21,13
Compra de Energia	30,36	20,56
Geração de Tensão	4,97	3,24
Encargos Setoriais	7,25	5,68
Impostos Diretos e Encargos	49,20	30,21
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	126,48	100,00

Valor do EUGU/Ref. 4/2018: R\$44,00

ATENÇÃO

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 22/09/2019 11:06:42

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909221109460000000023842336>

Número do documento: 1909221109460000000023842336

CERTIDÃO

Certifico que procedi a BAIXA do
presente feito no SISTEMA. Dou fé.

Pleal, 25 de 04 de 2019.

[Assinatura]
Liliana da Costa Silva





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002841-78.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0002841-78.2016.8.15.0271 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e INTIMO as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.**

João Pessoa/PB, 31 de março de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário





**Tribunal de Justiça da Paraíba
Vara Única de Picuí**

PROCESSO Nº 0002841-78.2016.8.15.0271
Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

SENTENÇA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7). Necessidade de Instruir o Pedido com Guia de Custas. Art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial. Documento Indispensável à Propositura da Ação. Indeferimento da Petição Inicial. CPC, art. 485, I.
– Faltando documento indispensável à propositura da ação, indefere-se a inicial e extingue-se o processo sem análise meritória.

Vistos, etc.

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**, ajuizada pela parte autora qualificada nos autos, pelos motivos expostos na petição inicial.

O pedido de justiça gratuita foi indeferido.

Intimado(a)(s), o(a)(s) autor(a)(es) reiteraram o pedido de justiça gratuita, deixando de instruir o pedido com a guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça.

Vieram-me os autos conclusos para os fins de direito.

É o relatório.

Decido.

O art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjpb-judicial/>), dispõe, *in verbis*:

Art. 386. O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 do CPC.

(...)

§ 3º A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas.

Sendo assim, após a edição da norma acima transcrita, a guia de custas judiciais passa a ser documento indispensável à propositura da ação, mesmo que haja requerimento de gratuidade de justiça, sendo um dos requisitos da petição inicial, na dicção do art. 320 do CPC:

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

No caso dos autos, a gratuidade de justiça foi indeferida, tendo a parte autora sido intimada a recolher as custas



judiciais.

Entretanto, a parte autora limitou-se a reiterar o pedido de justiça gratuita, deixando de instruir o pedido com a guia de custas, nos termos do art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial, razão por que a ação deixou de ser instruída com documento indispensável à propositura da ação, conforme o disposto no art. 320 do CPC, acima transcrito.

Com efeito, em caso de ausência de qualquer dos requisitos da inicial, inclusive na falta de documento indispensável à propositura da ação, a petição inicial é considerada inepta e, portanto, deve ser indeferida, consoante o art. 321, parágrafo único do CPC:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos [arts. 319 e 320](#) ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial

Sendo assim, atento ao que mais dos autos consta e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 386, § 3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, c/c arts. 320, 321, parágrafo único, e 485, inciso I, todos do CPC, **INDEFIRO A INICIAL e, em consequência, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.**

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem condenação em custas, uma vez que o processo não se desenvolveu.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

Anyfrancis Araújo da Silva
Juiz de Direito



Segue apelação em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB.

PROCESSO Nº 0002841-78.2016.815.0271

FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, de Ação de Cobrança c/c Reparação de Danos, deduzida em face da Seguradora Lider dos Consorcios Dpvat S.A., por seu procurador adiante assinado, vem, tempestivamente, diante de Vossa Excelência, com fundamento nos dispositivos processuais aplicáveis à espécie, particularmente os artigos 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **RECURSO DE APELAÇÃO**, cujas razões serão apresentadas em tempo hábil e em laudas separadas que a esta seguem.

Requer, assim, digne-se Vossa Excelência receber o presente recurso, em ambos os efeitos legais, e cumprido o trâmite de praxe, seja remetido à superior instância.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Picuí – PB, 18 de maio de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220



Segue petição em anexo.



Processo: 0002841-78.2016.815.0271

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

RAZÕES DE APELAÇÃO

Pelo Apelante/autor FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR

Colenda Câmara Cível,

Ínclitos Julgadores

Inconformada com a decisão do MM. Juiz singular, recorre para ver anulada a sentença e, não sendo este o entendimento desta Colenda Câmara, recorre para que seja reformada a decisão monocrática nos termos adiante explicitados.

I - OS FATOS

A Apelante propôs Ação Indenizatória em desfavor da Seguradora Líder dos Consorcios Dpvat S.A., requerendo entre outros, a concessão Indenização do Seguro Obrigatório em virtude de ter sido vítima de acidente de trânsito e de ter permanecido inválido permanentemente, tendo suplicado a assistência judiciária gratuita tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, pedido este indeferido pelo Juízo “a quo” conforme denuncia a sentença (documento id 29621782), sob a alegação de que “[...] **não havia nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda [...]**”

Diante de tal negativa a parte autora peticionou requerendo a reconsideração da decisão retro e apresentou a cópia de seu HISTORICO ESCOLAR (páginas 32/35 do documento id 24631209), que demonstra que a mesma NÃO EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA E SE QUALIFICA COMO SENDO UM MERO ESTUDANTE, bem como que tal assistência judiciária fosse concedida de forma parcial nos termos do art. 99 do NCPC ou que fosse concedido um desconto parcial em tal recolhimento de custas, conforme acentua o §5º do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

...





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)"

Porém, apesar da documentação apresentada comprovando a situação econômica do Apelante de ser um mero ESTUDANTE, **BEM COMO ANTE AO FATO PRINCIPAL DE REQUERER A APLICAÇÃO DE REDUÇÃO PERCENTUAL DE 80% (OITENTA POR CENTO) SOB AS CUSTAS PRÉVIAS, CONFORME ENUNCIADO NO §5º DO ART. 98 DO CPC**, o Juízo apelado acabou por cancelar a distribuição e determinar o arquivamento dos autos nos termos do artigo 290 do CPC.

Restando tão somente a esse Tribunal de Justiça a conceder a gratuidade judiciária de forma parcial com aplicação de uma redução percentual das custas processuais conforme enuncia o §5º do Art. 98 do CPC.

Logo, percebe-se al lermos os autos, que o Juiz a quo fala em desconto e/ou parcelamento das custas, mas não os especifica, como a autora especificou em sua petição (documento id 28194748), razão pela qual tornou a decisão apelada totalmente injusta e abusiva.

Portanto, diante desses fatos, o apelante aguarda o provimento do Recurso interposto, reformando-se na ÍNTEGRA, destarte, a D. Sentença, proferida pelo douto Juízo "a quo", uma vez que antes mesmo de tal magistrado se pronunciar sob o desconto requerido com fulcro no §5º do artigo 98 DO CPC, o mesmo acabou por extinguir injustamente o presente processo e consequentemente arquivá-lo, **razão pela qual requer a anulação da respectiva decisão e a consequente concessão ao autor da gratuidade judiciária de forma parcial.**

II. RAZÕES DE RECURSO

DAS RAZÕES DO INCONFORMISMO

A Sentença (documento id 29621782) proferida pelo Excelentíssimo Senhor Juiz merece ser reformada, haja vista que para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita não é necessária caráter de miserabilidade do requerente, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC). Ademais, **pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia do Histórico Escolar do Apelante testificando o sua hipossuficiência financeira está ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas.**





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Corroborando com a pretensão do Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, *se inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita*, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DOS SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 21-03-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. REJEIÇÃO. MÉRITO. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. APREENSÃO DO BEM OBJETO DO FINANCIAMENTO. UTILIZAÇÃO PARA SUSTENTO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. 1. Em que pese a declaração de hipossuficiência econômico-financeira ser bastante para a concessão da gratuidade judiciária, tal afirmação é dotada de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser afastada quando o juiz tiver razões para crer que o requerente não se encontra em estado de miserabilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. Inexistindo provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, art. 5º da Lei nº 1.060/50. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20113411020148150000, - Não possui -, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 22-01-2016)

Ainda, o juiz somente deveria indeferir o pedido se houvessem elementos que evidenciassem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício citado e, ainda, nestes casos, antes de indeferir, deveria determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais, conforme art. 99 do NCPC em seu § 2º:

§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Aos autos foram juntados comprovação de renda que demonstra que o Apelante se encontra desempregada, documento esse que demonstra que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem que lhe acarrete prejuízos, necessitando assim o benefício da Assistência Judiciária Gratuita.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

O apelante fez mais do que simplesmente apresentar uma declaração de pobreza, juntou aos autos documentos comprobatórios de sua renda, assim verifica-se que o pedido está de acordo com o artigo 98 do NCPC, como supra colacionado, sendo impositiva a concessão do benefício.

O indeferimento do pedido significa dizer que o Apelante não poderá usufruir de seu direito, qual seja o acesso a justiça, restando assim impedido de exercer seu direito legítimo e devido. Significa ainda dizer que lhe causaram um dano e que este dano ficara impune, tendo em vista que o juízo *a quo* entendeu por indeferir a Justiça Gratuita, sendo este entendimento contrário ao majoritário em nossos Tribunais de Justiça, como restou demonstrado nos julgados supra colacionados.

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante.

**DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – REDUÇÃO
PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

A Assistência Judiciária Gratuita não é necessita que o requerente apresente caráter de miserabilidade, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC).

Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia da CTPS do agravante testificando o seu desemprego esta ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas. No mesmo sentido, preceitua o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os seus pressupostos legais. No caso, a parte comprovou a indisponibilidade de recursos para promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o que por no mínimo lhe garantiria a concessão da redução percentual das custas processuais.

Claro que caso o Juízo a quo não achasse certo conceder a Assistência Judiciária Gratuita de forma integral a apelante, poderia lhe conceder de forma parcial, lhe concedendo uma **REDUÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO- ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA- HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA COMPROVAÇÃO -CONTRACHEQUES ATUALIZADOS- RECURSO PROVIDO. - Em uma interpretação sistemática dos artigos 98 e 99 do CPC/15 e do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, conclui-se que a simples afirmação acerca da ausência de capacidade financeira não é suficiente para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo necessária a juntada de documentos que corroborem tal afirmação.

- A apresentação de contracheques atualizados afigura-se suficiente para a concessão do benefício da justiça gratuita, pois tais documentos se revelam aptos a evidenciar o percebimento de renda compatível com a alegação de hipossuficiência financeira. (TJMG- Agravo de Instrumento-Cv 1.0035.16.015628-3/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 27/10/2017).(grifei)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DECLARAÇÃO DE POBREZA - PRESUNÇÃO RELATIVA - DESPESAS DO PROCESSO - CAPACIDADE FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS - SERVIDOR - CONTRACHEQUES - REMUNERAÇÃO MÓDICA - COMPROVAÇÃO - BENEFÍCIO - DEFERIMENTO - RECURSO PROVIDO. 1. A declaração de pobreza firmada pelo postulante goza de presunção relativa de veracidade, podendo ser elidida pelas circunstâncias do caso concreto. 2. Para a concessão do benefício da gratuidade da justiça importa examinar se a renda





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

auferida pelo postulante não permite o custeio do feito, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares. 3. Se a única prova dos autos se restringe ao contracheque do servidor, que evidencia a percepção de módicos vencimentos, não havendo qualquer indício de riqueza a demonstrar a capacidade de a parte arcar com as despesas processuais, é de rigor a concessão dos benefícios da justiça gratuita à parte hipossuficiente. 4. Recurso provido. (TJMG- Apelação Cível 1.0686.15.011393-0/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/05/2016, publicação da súmula em 10/06/2016)

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º).

Corroborando com a pretensão do Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, se inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DO SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI , j. em 21-03-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita ao Apelante de forma parcial.

Por outro lado, é sabido que as custas judiciais da Paraíba têm valor demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se tomada como referência a nossa comarca, razão pela qual a **recorrente requer que lhe seja CONCEDIDO A ASSISTENCIA DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do valor original (80% de desconto).**

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer o Apelante seja conhecido e provido o apelo ora interposto, reformando-se a sentença proferida pelo juiz *a* quo, nos seguintes termos:

a) requer que lhe seja **CONCEDIDO A GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do valor original (80% de desconto), nos termos do §5º do art.**





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

98 do CPC, uma vez que o autor não tem mais como propor uma nova ação, uma vez que os efeitos da prescrição já teoricamente atingiram o seu direito a indenização pleiteada nesses autos.

b) Rogando ainda que seja tal sentença devidamente anulada, e que sejam os autos remetidos a Comarca de Origem para que a apelante recolha as custas com o desconto assinalado e o processo volte a tramitar novamente, com a devida citação da ré.

Por fim, tendo este entendimento, Magnífico Egrégio Tribunal impõe-se a reforma da decisão "a quo" conforme requerido.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Picuí – PB, 29 de maio de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS

OAB-PB 13.220





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ - VARA ÚNICA

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002841-78.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FELIPE EUZEBIO DA SILVA JUNIOR

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto.**

Picuí/PB, 15 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

